

Afife, 16 de Outubro de 2003

Exº Senhor Director do PÚBLICO

No seu editorial de domingo, 5 de Outubro, com o título “Os truques do acesso”, José Manuel Fernandes defende que seja devolvida às escolas de ensino superior a capacidade de escolherem os seus alunos, como a única forma de acabar com as injustiças relativas do actual sistema de acesso. O mesmo é defendido por António Barreto no seu “Retrato da Semana” da edição de 12 de Outubro, em que faz uma justa crítica aos regimes especiais de acesso. Concordo sem dúvida, mas acho que é importante explicar, em especial aos alunos que terão que passar por um processo de acesso mais complicado e realizar um maior número de provas, que se houver coragem política para tomar essa medida, mais do que acabar com as muitas perversões e “batotas” do sistema de acesso, o grande ganho será uma maior responsabilização das escolas pelo ensino e avaliação dos seus alunos.

Há quase 20 anos, logo após o meu regresso do período de doutoramento em Inglaterra, fui pela primeira vez regente de uma disciplina do primeiro ano. Um certo dia, depois do lançamento das notas finais, eu e os outros docentes da disciplina exultávamos com os resultados obtidos. O professor inglês que tinha sido meu supervisor e se encontrava de visita perguntou, ao entrar no gabinete, qual o motivo para tanto contentamento. Expliquei-lhe, orgulhoso, que tínhamos tido 50% de aprovações, muito acima do que era esperado! E do que era habitual... A reacção dele foi imediata, entre o incrédulo e o indignado: “ 50% failures? But that’s disgraceful!” Para ele, tal percentagem de reprovações era de facto uma coisa impensável porque, na sua cultura inglesa, e como então argumentou, se uma escola aceita um determinado aluno é porque deve estar convencida que o pode ensinar e ao aceitá-lo está também, pelo menos implicitamente, a assumir um compromisso nesse sentido.

Entre nós, ainda hoje, em muitos cursos das nossas escolas de ensino superior, uma percentagem de aprovações de 50% dos inscritos e 75% dos avaliados é considerada uma meta de “sucesso”, difícil, a atingir! Aqui está mais uma medida do nosso atraso! Quando forem as escolas a escolher e aceitar os seus alunos, sobretudo nos cursos em que a elevada procura permita uma verdadeira selecção, deixará de ser possível usar a gasta desculpa da má preparação dos alunos que entram para justificar taxas de reprovações que em muitos casos são escandalosas.

Quanto aos regimes especiais de acesso, embora concordando com António Barreto quando diz que muitos deles são uma acumulação injustificável de privilégios, é importante não cair em posições radicais abolicionistas porque alguns serão justos e necessários. Por exemplo, de novo com inspiração na

realidade inglesa e sobre outro aspecto em que o nosso atraso é enorme, as universidades e outras escolas de ensino superior deveriam, a curto prazo e progressivamente, dedicar uma maior atenção e esforço à atracção e ensino de “estudantes tardios”: aqueles que não tendo tido possibilidade de prosseguir estudos superiores logo após a conclusão do secundário, desejam fazê-lo alguns anos mais tarde. Atendendo ao baixo número de licenciados que o País tem, essa é uma missão em que não se deve poupar esforços e é natural, e justo, que as escolas estabeleçam para esses estudantes tardios regimes especiais de acesso.

Com os melhores cumprimentos

Eduardo Francisco Rêgo

(Professor do Departamento de Matemática Pura da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto)

Morada: Largo 25 de Abril, n.º 70, 4900-012, AFIFE
Telefone: 962879021